

APOIO A IMIGRANTES E REFUGIADOS HISPANO FALANTES NAS SUAS NECESSIDADES RELATIVAS ÀS PRÁTICAS JURÍDICAS COTIDIANAS

Laís Vitória Cunha de Aguiar*
María Carolina Calvo Capilla**

Resumo: Vivemos em um momento que é considerado pelas Nações Unidas como a ‘maior crise humanitária’ desde a Segunda Guerra Mundial (O’BRIEN, 2017), num mundo que testemunha um número de deslocamentos sem precedentes (ACNUR, 2019). No entanto, nossas leis, desde Vargas (KOIFMAN, 2015), prejudicam a imigração, colaborando assim para a construção de uma cultura xenófoba. A primeira forma de exclusão social desse grupo minoritário é a língua (BUENO, 2016, p. 10), razão pela qual elaboramos uma cartilha em espanhol para elucidar as principais dúvidas dos imigrantes e refugiados hispano-falantes referentes à documentação. A pesquisa foi qualitativa e aplicada (teve como resultado final a cartilha). Foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas e em espanhol (FLICK, 2012, p. 62) com pessoas de cinco países diferentes (Peru, El Salvador, Argentina, Venezuela, Cuba). As questões foram divididas em dois blocos: o primeiro para conhecer o entrevistado, o segundo de investigação. Os resultados mostraram que existiam dois grupos com diferentes preocupações. No caso do primeiro grupo, as principais dificuldades se relacionam à chegada: local para fazer a documentação correta, como/quem pode pedir refúgio. Já o segundo grupo, formado por familiares de diplomatas, relatou majoritariamente dificuldades relacionadas com o português. O foco da cartilha foi no primeiro grupo. Em comum os dois grupos relataram falta de acolhimento em seus primeiros momentos no Brasil. A situação de crise que o mundo vive requer que tenhamos uma postura diferenciada, afinal, somos uma nação historicamente imigrante (GONÇALVES, 2016). O auxílio com a tradução da documentação deve ser para refugiados e imigrantes, mas atualmente só os refugiados recebem esse tipo de apoio; mesmo assim o site SISCONARE, que é a plataforma onde tramitam todos os processos de refúgio no Brasil, e onde as pessoas em situação de refúgio devem se cadastrar, está somente em português. O SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório) encontra-se na mesma situação. Tendo em vista que tanto o processo de imigração quanto o de refúgio estão se tornando cada vez mais burocráticos e complicados para aqueles que aqui vêm, é dever da comunidade acadêmica mostrar a importância dos imigrantes para o desenvolvimento cultural (SEYFERTH, 2011) e econômico do país (BRASIL JR., 2010, p. 178), de forma a promover uma mudança na visão sobre este assunto.

Palavras-chave: Sociolinguística. Imigração. Refúgio. Obstáculos linguísticos.

Abstract: We are living in a time considered by the United Nations as ‘the biggest humanitarian crisis’ since the Second World War (O’BRIEN, 2017), in a world that witnesses an unprecedented number of displacements (ACNUR, 2019). Our laws, however, since Vargas (KOIFMAN, 2015), harm immigration, thus contributing to the construction of a xenophobic culture, therefore collaborating to the construction of a xenophobic culture. The first form of social exclusion of this minority group is the language (BUENO, 2016, p. 10), which is why we have prepared a booklet in Spanish to clarify the main doubts of Spanish speaking immigrants and refugees regarding documentation. The research was qualitative and applied (the final result was the booklet). Nine semi-structured interviews were

* Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas, UnB, LET, E-mail: lahvitoria10@gmail.com

** Orientadora, Professora Dra. no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, UnB, E-mail: mcarolina@unb.br

conducted in Spanish (FLICK, 2012, p. 62) with people from five different countries (Peru, El Salvador, Argentina, Venezuela, Cuba). The questions were divided into two blocks: the first one to know the interviewees, the second to investigate. The results showed that there were two groups with different concerns, in the case of the first group, the main difficulties are related to the arrival: where to make the correct documentation, how/who can request refugee. The second group, made up by diplomat's family members, reported mostly difficulties related to Portuguese. The focus of the booklet was on the first group. In common both groups reported lack of good reception in their first moments in Brazil. The crisis the world has been through requires a different posture, after all, we are a historically immigrant nation (GONÇALVES, 2016). The help with translating the documents must be to both immigrants and refugees, but nowadays only refugees receive this kind of support; even though SISCONARE website, which is the platform where all the refugee's asylum seeker process proceed in Brazil, and where people who are already legalized as refugees must register, is only available in Portuguese. The SISMIGRA (National Migration Registry System) is in the same situation. Given that both the immigration process and the refugee one are becoming every time more bureaucratic and complicated to those who come here, it is the duty of the academic community to show the importance of immigrants to the cultural (SEYFERTH, 2011) and economic development of the country (BRASIL JR., 2010, p. 178), in order to promote a vision change on this subject.

Keywords: Sociolinguistic. Immigration. Refugee. Linguistic obstacles.

Introdução

De acordo com a ONU, estamos vivendo em um momento que pode ser considerado como "a maior crise humanitária desde 1945, com mais de 20 milhões de pessoas atingidas pela fome e pela escassez", (O'BRIEN, 2017). É necessário que algo seja feito em direção à mudança. Dessa forma, surgiu a ideia de realizar esta pesquisa: o que fazer de forma prática para ajudar os imigrantes e refugiados que vêm ao Brasil?

A nova Lei de Imigração (Lei 13.445/2017) pode ser considerada uma mudança no paradigma por "tratar do tema das migrações sob a ótica dos direitos humanos, e não mais sob uma perspectiva de segurança nacional" (COURY; ROVERY, 2017, p. 104). Mesmo que o governo atual tenha se retirado do Pacto Mundial para Migração, ainda temos um cabedal de leis para assegurar os direitos dos que vierem e dos que aqui já estão.

Nesse sentido, a linguagem é um "fato social" (SAUSSURE, 1970, p. 38) que pode se transformar num mecanismo de exclusão daqueles que não têm acesso a ela; por isso a necessidade de implementar políticas públicas nesse âmbito. De fato, a língua manifesta-se como um dos primeiros obstáculos na acolhida: quando o imigrante chega ao Brasil, os documentos para que possa seguir com o processo estão em português, e não há nenhum acesso a eles em sua língua materna; a inclusão linguística "é condição praticamente necessária para inserção no mercado de trabalho" (COURY; ROVERY, 2017, p. 106).

Bueno (2016) acrescenta

É possível pensar a língua como um elemento de preconceito e de intolerância, não apenas por estar envolvida na construção da imagem negativa de imigrantes, mas também por ser um elemento de exclusão ou ainda de assimilação de imigrantes por parte da sociedade e do Estado brasileiros. (BUENO, 2016, p.10).

Zavala propõe o termo ‘justiça sociolinguística’ (ZAVALA, 2019) para se referir ao padrão linguístico vigente e como seu uso em sala de aula implica na exclusão de estudantes, criando desigualdades. Acreditamos que esse termo também possa ser usado com um sentido mais amplo de modo a incluir as políticas públicas de integração linguística para os imigrantes e refugiados como uma questão de justiça linguística, e a falta destas como injustiça sociolinguística, que é o panorama atual. Neste artigo utilizaremos os termos acima.

Mesmo que o governo atual tenha se retirado do Pacto Mundial para Migração, o fato é que o Brasil constitui uma "nação historicamente imigrante" (GONÇALVES, 2016), portanto, é de suma importância que a academia pense em políticas públicas para facilitar a integração dessas populações. Assim, na Universidade de Brasília existe um projeto de ensino de português para refugiados totalmente gratuito.

É graças a todos esses fatores que a implementação da justiça linguística é o principal objetivo da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, originada pela preocupação da ONU com os direitos culturais das minorias:

Com vista a estabelecer um equilíbrio sociolinguístico satisfatório, ou seja, a articulação adequada entre os direitos destas comunidades e destes grupos linguísticos e os das pessoas que os compõem, há que ter em conta, além dos seus antecedentes históricos e da sua vontade democraticamente expressa, fatores que podem aconselhar um tratamento compensador que permita restabelecer o equilíbrio: o caráter forçado das migrações que levaram à coabitação de diferentes comunidades e grupos, ou o seu grau de precariedade política, socioeconômica e cultural. (ONU, 1996, p. 5).

Dada a importância da justiça sociolinguística no contexto dos Direitos Humanos, situamos o nosso foco na migração hispano-falante, que, em conjunto, forma o grupo com maior número de solicitações de refúgio em 2018: 77% das solicitações de refúgio são oriundas de cidadãos venezuelanos, enquanto Cuba é responsável por 3%, de acordo com o relatório Refúgio em Números (CONARE, 2019). Já com relação ao número de imigrantes em geral, o Relatório Anual do OBMigra (2019) mostra que em 2018 a maioria também esteve composta por venezuelanos (39%), sendo seguidos pelos haitianos (14,7%) e depois por colombianos (7,7%), bolivianos (6,8%) e uruguaios (6,7%). Ambos os documentos mostram, portanto, que a maioria é hispano-falante. O mesmo pode-se inferir dos anos

anteriores.

Objetivo

A meta inicial da pesquisa era detectar e sanar as principais dúvidas jurídicas cotidianas dos refugiados e imigrantes, tendo como produto uma cartilha que pudesse auxiliar os contrerâneos dos colaboradores. Porém, mediante a análise das entrevistas, entendemos que as principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes em questão não são dúvidas jurídicas cotidianas, e sim específicas à língua: referem-se à chegada no Brasil, especialmente com relação ao preenchimento dos documentos, os quais encontram-se somente em português. Já os requerentes de refúgio afirmaram que preencheram inicialmente os documentos para imigração; eles não sabiam que poderiam requerer refúgio e nem como esse processo funcionava no Brasil.

Metodologia

A pesquisa foi feita através de uma abordagem qualitativa e consistiu na análise de nove entrevistas realizadas com imigrantes hispano falantes, todos residentes do Distrito Federal. As entrevistas ocorreram em espanhol, língua materna dos entrevistados, e foram organizadas de forma semiestruturada para que as perguntas pudessem ser modificadas de acordo com o contexto e os colaboradores. Para a elaboração do roteiro das entrevistas, Flick (2012) indica o seguinte processo:

Formulación de la pregunta global, formulación de preguntas de investigación específicas, formulación de conceptos sensibilizadores, selección de grupos de investigación con los que estudiar la pregunta, selección de métodos apropiados, evaluación y reformulación de las preguntas de investigación específicas, recopilar datos, evaluación y reformulación de las preguntas de investigación específicas, análisis de datos, generalización y evaluación de los análisis, formulación de los descubrimientos. (FLICK, 2012, p. 62).

Dessa forma, as questões foram divididas em dois blocos, o primeiro para desenvolvimento de empatia e conhecimento sobre quem estávamos entrevistando; o segundo foi realmente o bloco de investigação.

No primeiro bloco foram feitas as seguintes questões:

1. Qual é seu país? Qual é sua cidade?
2. Qual é sua língua materna? Sabe outras línguas?
3. Que língua utiliza em casa com a família? Que língua utiliza no trabalho?

4. Já viajou a outros países fora o Brasil?
5. Qual seu estado civil?
6. Qual seu trabalho atual? Qual sua profissão?
7. Tem filhos? Se sim, quantos?
8. Qual motivo o/a trouxe para o Brasil? Está há quanto tempo no Brasil?

Já no segundo bloco da entrevista, realizamos as seguintes questões:

1. Quais adversidades encontrou para chegar ao Brasil?
2. Teve problema para alugar uma casa ou apartamento?
3. Teve problema para encontrar trabalho? Como foi a busca de emprego no Brasil?
4. Por onde começou a procurar empregos? Quais são os obstáculos encontrados para conseguir emprego no Brasil?
5. Conseguiu legalizar os documentos, mas não somente passaporte como também títulos profissionais?
6. Você encontrou algum inconveniente para conseguir documentos que utiliza no dia-a-dia, como a carteira de motorista? Foi difícil encontrar escolas ou universidades para seus filhos?
7. Como foi a primeira vez em que foi a um médico no Brasil? Encontrou alguma atribulação para conseguir a consulta com o médico?
8. Quais foram as principais atividades de sua vida cotidiana em que teve um revés relacionado ao direito? Recebeu ajuda depois de chegar no Brasil, de amigos ou família?
9. Você tem alguma sugestão sobre como poderíamos ajudar os imigrantes hispano-falantes recém-chegados ao Brasil?
10. Por que escolheu Brasília para viver?
11. Conhece os direitos dos imigrantes no Brasil?

Encontramos os entrevistados com auxílio da Embaixada da Venezuela (dez pessoas), da banda Sabor de Cuba (cinco pessoas) e do NEPPE (cinco pessoas). Depois de conseguidos os contatos, foram feitas ligações para verificar o interesse das pessoas em participar da pesquisa. Por parte da Embaixada da Venezuela tivemos duas respostas positivas, por parte da banda Sabor de Cuba mais duas, por parte do NEPPE as cinco pessoas responderam.

No total, realizamos nove entrevistas. A maioria delas com mulheres (seis entrevistas), sendo que a idade mínima das entrevistadas foi dezoito anos e a máxima cinquenta e três. Três entrevistados requisitaram refúgio. Entre os homens a idade mínima foi vinte e cinco, e a máxima cinquenta e dois. Na tabela abaixo encontram-se informações de todos os entrevistados:

Participante	Sexo	Idade	País de origem	Tempo no Brasil	Refúgio
P1	Feminino	27	Peru	6 meses	Não
P2	Feminino	34	Venezuela	2 anos	Sim
P3	Masculino	25	Cuba	1 ano	Sim
P4	Feminino	32	Argentina	2 anos	Não
P5	Feminino	53	El Salvador	8 meses	Não
P6	Masculino	52	Cuba	8 anos	Não
P7	Masculino	33	Venezuela	7 meses	Sim
P8	Feminino	18	El Salvador	8 meses	Não
P9	Feminino	53	Peru	6 meses	Não

Resultado

A primeira entrevista foi realizada no dia 10/01/2018, no domicílio do entrevistado, proveniente de Cuba. Com relação aos problemas linguísticos na chegada ao Brasil, o participante P6 relatou que não enfrentou nenhum, já que ao chegar se casou com sua namorada brasileira, que o ajudou tanto com relação à língua quanto com relação às questões legais. Não requisitou refúgio. Na segunda entrevista, realizada no dia 19/01/2018 em um posto de gasolina, o participante P3 também é proveniente de Cuba, porém com uma história diferente: chegou ao Brasil de forma ilegal, de avião na Guiana Inglesa e depois pegou um barco pela Amazônia para chegar a Manaus. P3 relatou muitos problemas linguísticos quando chegou ao Brasil, primeiro em Manaus e depois em Brasília. Tentou legalizar sua situação, mas não sabia preencher os documentos na Polícia Federal, de forma que o problema linguístico se tornou jurídico. Disse que as aulas de português para estrangeiros na UnB são muito caras, gostaria que fossem mais baratas. Quando perguntado o que poderia ser feito com relação à receptividade brasileira com imigrantes hispano-falantes, respondeu que gostaria que existisse um material em espanhol

explicando como fazer com os documentos para visto, assim como uma rede de auxílio aos imigrantes hispano-falantes, para que eles pudessem se conhecer e se ajudar. Requisitou refúgio.

Nas três seguintes entrevistas, a participante P4, no dia 20/01/2018, P7, no dia 9/02/2018 e a P2, no dia 14/02/2018, tiveram respostas similares em relação ao que poderia ser feito para melhorar a receptividade brasileira, com exceção da participante P4, proveniente da Argentina, que acrescentou que o preço para realizar a documentação na Polícia Federal era muito alto, e a participante P2 desconhecia a existência do curso de português para estrangeiros na UnB, mas quando relatei o preço das aulas ela teve a mesma reação que os outros entrevistados, considerou o preço das aulas muito caro. Tanto os participantes P3 (Cuba) quanto P2 e P7 (Venezuela) requisitaram refúgio.

Já com relação às participantes P1 (entrevista realizada no dia 17/05/2018), P5 (entrevista realizada no dia 18/05/2018), P8 (entrevista realizada no dia 18/05/2018), P9 (entrevista realizada no dia 18/05/2018), as respostas também foram similares: encontraram problemas linguísticos cotidianos, como no momento de comprar um produto, mas não precisaram de auxílio com a documentação da Polícia Federal e nem com relação ao preço do ensino de português no NEPPE, afinal todas vieram com seus maridos e pais em missões diplomáticas. As colaboradoras P1, P5, P8 e P9 relataram a existência de preconceito linguístico: a mais nova relatou dificuldade na escola, mesmo tendo ajuda de um intérprete foi difícil acompanhar as aulas, fazer as provas, e principalmente conviver com jovens brasileiros; explicou que só fez amizades com outros alunos estrangeiros, mas com nenhum brasileiro. Já as outras duas relataram dificuldade com telemarketing, disseram que pediam para passarem o telefone a alguém que falasse português. Um ponto em comum entre todos os entrevistados foi o desconhecimento em relação aos direitos dos imigrantes no Brasil.

As dúvidas dos nove entrevistados foram sanadas, porém a maioria continua enfrentando problemas com a língua portuguesa, já que o curso do NEPPE para estrangeiros foi considerado caro pelos participantes que não vieram em missão diplomática com sua família. Para os refugiados, no entanto, existe o programa chamado “Acolhimento”, que é oferecido de graça. Todavia, mesmo que não sejam desenvolvidos em universidades, existem projetos como RefugeeAid, aplicativo presente já em quatorze países (mas não no Brasil ou em qualquer outro país da América Latina), onde podem conseguir auxílio legal, comida, abrigo. É preciso desenvolver mais iniciativas como essa, que não apenas auxiliam os refugiados e imigrantes como também promovem integração.

Conclusões

O objetivo da pesquisa era a elaboração de uma cartilha para os imigrantes e refugiados hispano falantes em suas dúvidas jurídicas cotidianas. Iríamos fazê-lo por meio de entrevistas entre estudantes de direito e os próprios imigrantes colaboradores. No entanto, já nas primeiras entrevistas antes do contato com os estudantes de direito, os participantes não demonstraram dificuldades jurídicas no dia-a-dia; o principal problema enfrentado por eles foi a chegada ao Brasil, por isso, a temática desenvolvida na cartilha refere-se a esse assunto e a dinâmica para as entrevistas foi alterada. Os principais obstáculos dos imigrantes remetem à falta de informação na Polícia Federal, que não possui os dados que eles precisam em espanhol. Com relação aos requerentes de refúgio, também vimos a mesma situação de falta de informação, já que não foi explicado a nenhum deles que poderiam requerer refúgio. Ademais, todos (refugiados e imigrantes) precisaram da ajuda de conhecidos no Brasil para preencher a documentação. São necessárias, além da cartilha, políticas públicas para acolhimento dos imigrantes e refugiados, que vêm ao Brasil em busca de uma vida melhor, fugindo de problemas econômicos, sociais e até mesmo políticos (como no caso de refugiados). Além de políticas públicas, no âmbito universitário é possível o desenvolvimento de projetos acadêmicos e práticos para auxiliá-los. A inclusão linguística deve ser trabalhada tanto no âmbito prático quanto acadêmico, e por isso consideramos essencial o desenvolvimento de projetos de extensão que lidem com essas questões, conectando realidades. De acordo com a nossa pesquisa, para o segundo grupo de entrevistados, seria útil o desenvolvimento de aplicativo que ajude com a tradução no momento de fazer compras, já que esse foi um problema recorrente.

Nós também sugerimos o desenvolvimento de projetos para integração entre os estudantes nativos e refugiados/imigrantes (foi relatada a dificuldade de inclusão na escola por parte de uma das estudantes entrevistadas). A falta de conhecimento da língua portuguesa e de acesso ao seu aprendizado mostrou-se um fator em comum entre os nove entrevistados; foi esse, portanto, o foco durante a pesquisa e para produzir a cartilha. Em suma, a justiça sociolinguística perpassa todos os outros níveis de dificuldades encontradas, além de ser considerado um dos mais importantes fatores de integração.

Referências

ALMEIDA, J.; CAMPOY, M. **Metodología de la investigación sociolingüística**. Madrid: Comares, 2005.

BUENO, A. M. **Intolerância linguística e imigração**. Serviço de Biblioteca e

Documentação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CONARE, **Refúgio em números**. Brasília, 2019.

CALVET, J.L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACÊDO, M.; PEREDA, L. Resumo Executivo. **Imigração e refúgio no Brasil. A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança pública / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF, 2019.

COURY, P.; ROVERY, J. **O idioma como facilitador do processo de integração de refugiados e imigrantes: a experiência do instituto migrações e direitos humanos (IMDH)**, Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos.

FÉRNANDEZ, F. **Princípios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona, Editorial Ariel, 2009.

FLICK, U. **Introducción a la investigación cualitativa**. Madrid: Ediciones Morata S.L. 2004.

GONÇALVES, P. C. **Uma nação de imigrantes**. Guarulhos: Almanak, n. 13, p. 221-225, ago. 2016.

GOROVITZ, S.; MOZILLO, I. **Language contact: mobility, borders and urbanization**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2015.

MARIA, A.; MORETTO, P. Inserção do imigrante latino-americano no mercado laboral formal brasileiro (2006-2014): características e implicações para as políticas públicas, Foz do Iguaçu, **VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población (ALAP) e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**, 2016.

KOIFMAN, F. **O imigrante ideal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

SEYFERTH, G. **A dimensão cultural da imigração**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2011.

O'BRIEN S. **Statement to the Security Council on Missions to Yemen, South Sudan, Somalia and Kenya and an update on the Oslo Conference on Nigeria and the Lake Chad region**. New York: Office for the Coordination of Humanitarian Affairs, 10 March 2017.

ONU. **Declaração universal dos direitos linguísticos**, 1996. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf>. Acesso em 20 fev. 2019.